

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.613.853 - DF (2016/0184806-9)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
REQUERENTE : MRV PRIME TOP TAGUATINGA II INCORPORAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉ JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA - MG080055
LEONARDO FIALHO PINTO E OUTRO(S) - MG108654
ADVOGADA : PRISCILA ZIADA CAMARGO FERNANDES E OUTRO(S) - DF040077
REQUERIDO : WANDERSON VITORINO ALVES PEREIRA
ADVOGADO : PAULO EDUARDO SAMPAIO MENDONÇA E OUTRO(S) - DF031058

DECISÃO

MRV PRIME TOP TAGUATINGA II INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA., por meio da Petição de n. 00655653/2018 (e-STJ fls. 272/277), informa que o pagamento referente à condenação da multa penal moratória foi efetuado, conforme comprovante em anexo. Pugna pela extinção do processo, nos termos do art. 924, II, do CPC/2015.

Intimado para se manifestar sobre a referida petição, o requerido manteve-se inerte (e-STJ fl. 282).

O recurso especial do ora requerido foi admitido e julgado por decisão monocrática publicada em 12/12/2016 (e-STJ fls. 239/241).

Interposto agravo regimental pela empresa requerente, este foi provido para determinar a incidência da multa nos termos previstos no contrato (e-STJ fls. 267/268).

Não houve recurso contra a referida decisão.

Diante do exposto, cumprida a prestação jurisdicional por esta Corte Superior, certifique-se o trânsito em julgado e dê-se baixa à origem.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator